

## Diferentes tipos de instituições de gestão de documentos fotográficos

### Different types of photographic document management institutions

Tânia Maria Moura PEREIRA\*

**Resumo:** Este ensaio trata da observação de aspectos de diferentes tipos de instituição de guarda de documentos fotográficos. Da análise do histórico, das funções e das políticas do Centro Português de Fotografia (CPF), da Biblioteca Nacional da Espanha (BNE) e do Museu Basco da Fotografia (PAEM) notou-se a conformidade com as premissas sugeridas por Joan Boadas i Raset (2014) para a gestão do patrimônio fotográfico.

**Palavras chave:** Biblioteca Nacional da Espanha (BNE); Centro Português de Fotografia (CPF); instituições de guarda de documentos; gestão de documentos fotográficos; Museu Basco da Fotografia (PAEM); patrimônio fotográfico.

**Abstract:** The essay observes some aspects of different types of photographic document keeping institution. From the analysis of the history, functions and policies of the Portuguese Center of Photography (CPF), the National Library of Spain (BNE) and the Basque Museum of Photography (PAEM), was noted the accordance with the premises suggested by Joan Boadas i Raset (2014) for the management of photographic heritage.

**Keywords:** Basque Museum of Photography (PAEM); document keeping institutions; National Library of Spain (BNE); photographic document management; photographic heritage; Portuguese Center for Photography (CPF).

*A fotografia aparece como uma resposta da ciência às necessidades da arte. As suas singularidades em relação às outras artes conferem-lhe um estatuto especial e de constante fascínio, e que se reflete igualmente no tratamento arquivístico*

Bernardino Guedes De Castro

## Introdução

A criação e manutenção de instituições públicas voltadas para a guarda e preservação de documentos é uma ação política que revela as relações de poder subjacentes às estruturas hierárquicas do Estado e à seletividade de acervos. Nesta perspectiva, este ensaio se dispõe a refletir sobre as características e funções de três tipos de instituições de gestão de documentos fotográficos na tentativa de encontrar pontos convergentes e divergentes comparativamente às diretrizes propostas por Joan Boadas i Raset no artigo *Patrimonio fotográfico: propuestas para una gestión eficaz* (2014), cujo foco pretende uma combinação e adaptação de algumas premissas que podem ser úteis para a melhoria da gestão de patrimônios fotográficos nacionais. As organizações selecionadas são: o Centro Português de Fotografia

---

\* Arquivista, mestre e doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB-Brasil). CV: <http://lattes.cnpq.br/9632199190842012> ; e-mail: [taniamourafe@gmail.com](mailto:taniamourafe@gmail.com)

(CPF), a Biblioteca Nacional de Espanha (BNE) e o Museu Basco de Fotografia (Photomuseum Argazki Euskal Museoa. PAEM) que terão esmiuçadas as funções que desempenham nos seus respectivos contextos. As instituições selecionadas estão descritas na publicação *Del artefacto mágico al píxel: estudios de fotografía* (Zaldua 2014), lançada por ocasião do *I Congreso Internacional de Documentación Fotográfica*. ocorrido na Espanha em 2014.

Esse congresso estava relacionado à efeméride de aniversário de 175 anos de criação da fotografia, e teve como objetivo analisar a fotografia a partir de distintos pontos de vista —o artístico, o patrimonial, o informativo, o de ensino e o tecnológico— nos contextos da Europa e da América Latina. Entre os textos que compõem os anais destacamos o da conferência de abertura que apresenta trinta e cinco sugestões de ações capazes de impactar favoravelmente na eficácia na gestão do patrimônio fotográfico de um estado (Boadas i Raset, 2014). Joan Boadas i Raset, diretor do *Centre de Recerca i Difusió de la Imatge* (CRDI), Girona e então coordenador do Comitê de Arquivos Fotográficos e Audiovisuais do Conselho Internacional de Arquivo (PAAG-ICA), indica que sua proposta se baseia, em linhas gerais, em quatro premissas: (i) a primeira é avançar na aplicação da legislação existente em matéria de patrimônio cultural; (ii) a segunda é considerar que o patrimônio fotográfico não se limita a materiais como negativos, positivos e eletrônicos, mas inclui também toda a documentação contextual que ajuda a compreender seu processo de criação, produção, significação e valorização; (iii) a terceira é atuar com a máxima antecipação no estabelecimento de políticas que garantam a correta conservação de imagens fotográficas produzidas em meio eletrônico; e (iv) por último, considerar vital, na definição de uma política pública sobre patrimônio fotográfico, a transversalidade entre os âmbitos de investigação, conservação, educação, políticas de fomento à criatividade e sua difusão.

### **Centro Português de Fotografia (CPF)**

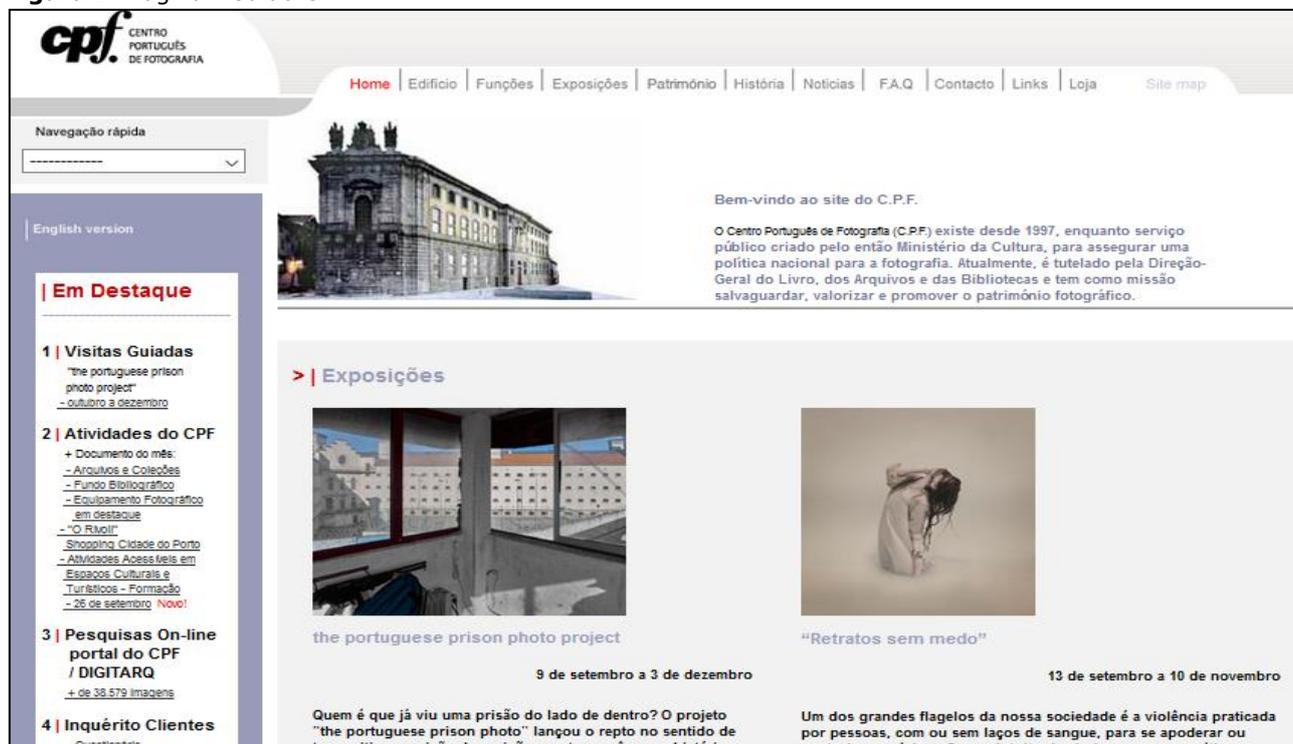
Com sede no Porto, instalado no edifício da antiga Cadeia e Tribunal da Relação, foi criado por meio do Decreto-Lei nº 160 de 25/06/1997. Vinculado diretamente ao Ministério da Cultura (MC) e instaurado no contexto do “desenvolvimento das políticas públicas aplicadas à fotografia e com repercussões nos arquivos fotográficos” (Guedes de Castro, 2014, p. 72). A proposta se inseria no *Programa do XIII Governo Constitucional*, que traduzia uma tentativa de desconcentração institucional e criação de um conjunto de organismos flexíveis, dotados de autonomia e capazes de atuar com foco no aumento da visibilidade das coleções fotográficas que já existiam em Lisboa e no Porto, além de valorizar e gerenciar a Coleção Nacional de Fotografia, concebida e reunida pelo Dr. Jorge Calado.

Segundo Bernardino Guedes,

os objetivos estratégicos do MC, passaram pela criação do serviço público denominado Centro Português de Fotografia [...]. Pretendia-

se que coordenasse a política fotográfica portuguesa, numa perspectiva de intervenção cultural que garantisse aos cidadãos condições para o conhecimento e fruição do património fotográfico. Era fulcral a consciencialização da importância da fotografia contemporânea e da conservação e salvaguarda dos arquivos, públicos ou privados (Guedes de Castro, 2014, p. 73).

Figura 1: Página web do CPF.



Fonte: <http://www.cpf.pt/index.htm>

Estruturado inicialmente com três departamentos: apoio à criação e difusão; património e gestão; e formação e comunicação. O CPF se desenvolveu, principalmente, em torno das atividades de incentivo à produção fotográfica contemporânea, através de trabalhos de encomenda ou através de aquisições institucionais. "Tais aquisições deveriam privilegiar as obras nacionais ou de temática nacional, bem como a fotografia contemporânea, tendo em conta a necessidade de dar continuidade à Coleção Nacional de Fotografia" (Guedes de Castro 2014, p. 73). Assim, entre as competências do departamento de apoio à criação e difusão estavam: (i) a promoção de aquisições de espécies, coleções ou espólios fotográficos, designadamente a título de compra, doação, depósito, herança, legado, permuta ou reintegração; (ii) divulgar nacional e internacionalmente as coleções nacionais e a produção fotográfica; e (iii) assegurar a transmissão da produção cultural da sociedade contemporânea, integrando-a nos circuitos de produção internacional.

No tocante ao património e gestão, ainda segundo Guedes de Castro (2014, p. 76), o CPF passou a administrar, do ponto de vista técnico e normativo, os arquivos fotográficos oriundos do MC e dos demais arquivos fotográficos do Estado. Em

relação às atividades de comunicação e informação, o CPF tinha a responsabilidade de lançar as bases para a criação de um sistema que constituísse uma rede acessível ao público, de modo a favorecer o aumento do acesso ao público. Este sistema de informação e comunicação teria como objetivo a criação de uma base nacional de dados, inserida numa rede de informação entre arquivos fotográficos que se articularia com outras redes nacionais e internacionais. E por fim, quanto à função de formação, o CPF promovia atividades pedagógicas de apoio à formação, divulgação da história da fotografia nacional e internacional, elaboração de propostas de programas para ensino superior de fotografia e de cursos fotográficos; e também na promoção da instrução de técnicos e investigadores no campo da produção fotográfica, conservação e restauro, história e teoria da fotografia.

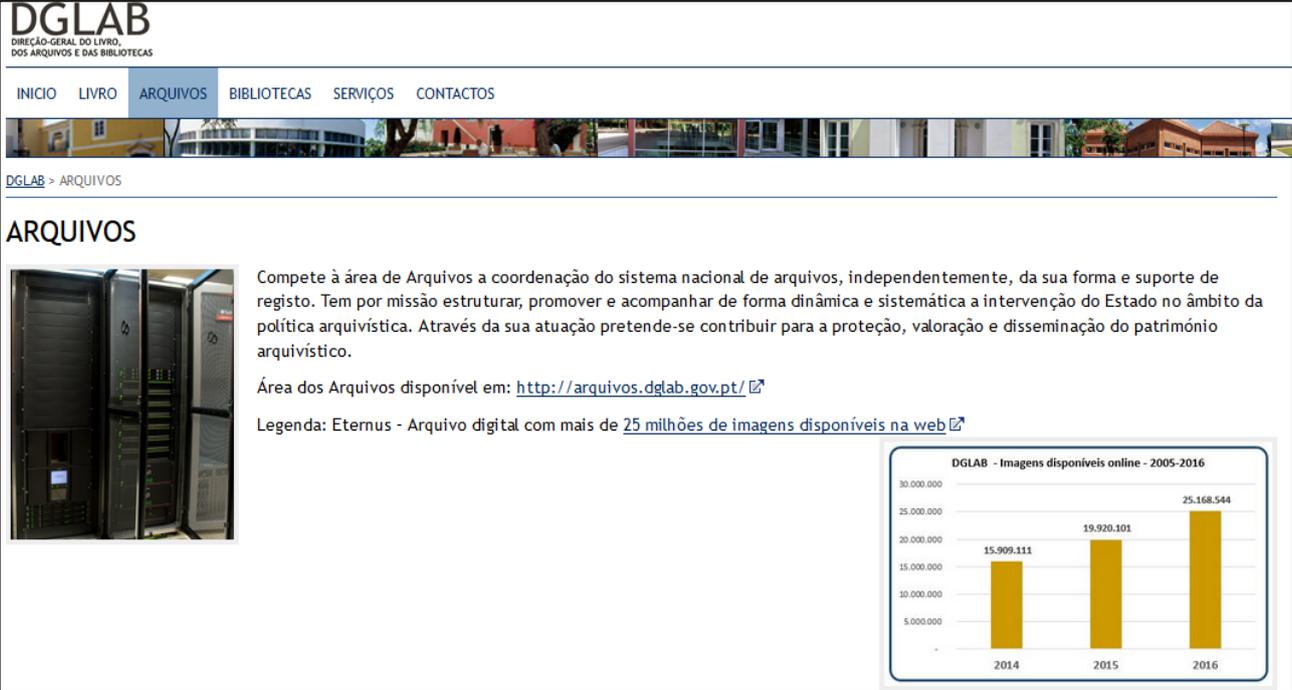
É possível estabelecer, nesta primeira fase do CPF, uma convergência entre as funções a ele atribuídas e algumas das diretrizes apontadas por Joan Boadas (2014), particularmente, no tocante à definição de uma política pública sobre património fotográfico, e também na questão da transversalidade entre os âmbitos de investigação, conservação, educação, políticas de fomento à criatividade e sua difusão.

Entretanto, mudanças estruturais e políticas ocorreram a partir do ano de 2006, no qual se inicia o *Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado* (PRACE) que altera os objetivos do *Programa do XVII Governo Constitucional* no tocante à modernização administrativa. Assim, sob a justificativa de ampliação dos ganhos de eficiência e racionalização estrutural, é criada a Direção Geral de Arquivos (DGARQ) que passou a integrar as atribuições do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) e do CPF — ambos foram extintos e objeto de fusão, mantendo, porém, as respetivas identidades. A publicação do Decreto-Lei nº 93 de 29 de Março de 2007 subordinou o CPF à DGARQ, o qual passou a ser um arquivo de âmbito nacional com natureza de direção de serviços, o que modificava significativamente a configuração estrutural do CPF, nos seguintes moldes:

as competências relativas ao apoio e à difusão da criação fotográfica, até então prosseguidas pelo CPF, foram integradas na Direção-Geral das Artes, e as restantes assumidas pela recém-criada Direcção-Geral de Arquivos. Esta nova direção, como serviço integrado na administração direta do Estado, prossegue as atribuições do Ministério da Cultura, designadamente no âmbito da salvaguarda do património arquivístico e património fotográfico, e valorização da missão dos arquivos como repositório da memória coletiva, funcionando assim na qualidade de entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos, independentemente da forma e suporte de registo. Com este enquadramento visava-se uma clara diferenciação entre as atribuições de coordenação nacional dos arquivos concretizadas pelos serviços centrais e as competências de gestão de acervos tutelados, cometidas aos arquivos de âmbito nacional e regional (Guedes de Castro, 2014, p. 78-79).

Na esteira das contínuas reformas administrativas do Estado português, o Decreto-Lei n.º 103 de 16/05/2012 estabelece a fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) com a DGARQ que resulta na criação da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), que sucede as instituições fundidas e assume suas respectivas atribuições, com exceção das atribuições da DGLB relativas à Biblioteca Pública de Évora. Assim, caberia à DGLAB entre outras atribuições: assegurar a execução e o desenvolvimento da política arquivística nacional e o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do património arquivístico e da gestão de arquivos, em qualquer forma ou suporte e em todo o território nacional.

**Figura 2:** Página web da DGLAB.



**DGLAB**  
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO,  
DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS

INICIO LIVRO ARQUIVOS BIBLIOTECAS SERVIÇOS CONTACTOS

DGLAB > ARQUIVOS

## ARQUIVOS

Compete à área de Arquivos a coordenação do sistema nacional de arquivos, independentemente, da sua forma e suporte de registo. Tem por missão estruturar, promover e acompanhar de forma dinâmica e sistemática a intervenção do Estado no âmbito da política arquivística. Através da sua atuação pretende-se contribuir para a proteção, valoração e disseminação do património arquivístico.

Área dos Arquivos disponível em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/>

Legenda: Eternus - Arquivo digital com mais de 25 milhões de imagens disponíveis na web

**DGLAB - Imagens disponíveis online - 2005-2016**

Ano	Imagens disponíveis online
2014	15.909.111
2015	19.920.101
2016	25.168.544

**Fonte:** <http://dglab.gov.pt/area-arquivos/#>

Essa fase se caracterizou pela produção de documentos técnicos de normalização arquivística, disponibilização de informações na web, por meio da implementação, no CPF, da base de dados *DigitArq* — que possibilitou estruturar um modelo de dados que permitiu a elaboração do *Guia de Fundos e Coleções do Centro Português de Fotografia* e também de um *Guia de Fundos dos Arquivos Dependentes da DGARQ* em formato eletrônico. Além disso, no ano de 2013 foi desenvolvido o *Projeto de comunicabilidade, acessibilidade e possibilidade de reprodução de imagens do CPF* que, originado das preocupações com direitos autorais, direito de imagem e domínio público, consistiu em “analisar todas as implicações na comunicabilidade (tornar acessível a imagem), a cedência e as diferenciadas tipologias de utilização das imagens por parte dos utilizadores, assim como, as respetivas restrições” (Guedes de Castro, 2014, p. 85).

Na conclusão de seu artigo sobre a situação dos arquivos fotográficos portugueses Bernardino Guedes afirma que as instituições públicas devem se preocupar em

valorizar e salvaguardar, para as gerações futuras, seus fundos documentais. Também reafirma que os objetivos dessas instituições, especialmente em relação aos documentos fotográficos, deveria ser o aumento da quantidade tratada, bem como da garantia de sua preservação e disponibilização eficiente, valendo-se de boas práticas arquivísticas. Cabe destacar a curiosa forma como o autor finaliza seu artigo: após constatar a carência de pesquisas e articulações institucionais que possibilitem o desenvolvimento desse campo em Portugal e o atendimento das necessidades que “todos os utilizadores” teriam em aceder aos documentos públicos, ele utiliza uma fotografia para ilustrar — cuja legenda faz menção ao autor, ao título da imagem e sua codificação no acervo do CPF — em uma referência ao público demandante dos acervos, conforme reprodução abaixo:

**Figura 3:** *Comício Republicano, Aurélio da Paz dos Reis.*



**Fonte:** PT/CFP/APR/001911, em Guedes de Castro, 2014, p. 89.

### **Biblioteca Nacional da Espanha (BNE)**

Fundada por Felipe V no final de 1711 como Real Biblioteca Pública, suas funções eram de fomentar nos súditos o gosto pelo estudo e, também, reunir as bibliotecas dos nobres emigrados que lutavam na guerra. A partir de 1716 ela passa a assumir a função compulsória de depositária legal dos livros e papéis (impressos) na Espanha. Em 1836, muda-se a denominação para Biblioteca Nacional, que passa a depender do governo, somente em 2008 passou a ser denominada Biblioteca Nacional de España.

Segundo Isabel Ortega Garcia (2014, p. 329), a BNE, tal qual outras bibliotecas pelo mundo, tem entre suas principais funções: reunir, salvaguardar e difundir o conhecimento em suas distintas expressões (textual, gráfica, sonora, audiovisual etc.) e nos diferentes suportes produzidos ao longo do tempo. No cumprimento desta vocação, a BNE recebe e conserva exemplares de todos os livros publicados na Espanha, além de uma valiosíssima coleção de manuscritos, incunábulo, estampas, desenhos, gravações sonoras, partituras, fotografias etc. Essa autora considera que,

devido a importância que os materiais iconográficos em suas distintas simbologias representaram para a transmissão de ideias, a aparição da fotografia e o reconhecimento de seu potencial gráfico de reprodução da realidade — de maneira hábil e verossímil — faz com que a fotografia se tornasse uma ferramenta eficaz de representação de objetos, pessoas e lugares. Dessa forma, a fotografia passa a ser incorporada, como um sistema de imagens estáveis, a todo tipo de edição, sendo aplicada nos mais diversos temas, tais como: vistas, obras públicas, monumentos, achados arqueológicos, exposições, viagens etc.:

además, la rápida difusión del fenómeno fotográfico, y la importancia que se advirtió en el nuevo medio de representación gráfica, hizo que las bibliotecas participaran del interés por los nuevos materiales que generaba y muchas de ellas comenzaron a procurar que las imágenes fotográficas entraran a formar parte de sus fondos junto con los otros tipos de materiales gráficos como los grabados y los dibujos que ya custodiaban (Ortega García, 2014, p. 331).

Ao longo dos seus trezentos anos de existência a BNE tem passado por inúmeras mudanças administrativas. Atualmente, sua política de aquisição se divide em quatro frentes: (i) depósito legal: por meio do recebimento de exemplares publicados na Espanha, garantindo a conservação de toda produção editorial do país; (ii) compra: qualquer pessoa pode fazer sugestão de compra e, anualmente, todo tipo de documento, tanto antigo quanto moderno pode ser adquirido; (iii) intercâmbio: a BNE intercambia monografias e publicações periódicas com instituições culturais, nacionais e estrangeiras; e (iv) donativos: forma de contribuir para o enriquecimento e incremento das coleções da biblioteca. A BNE aceita todo tipo de documento, desde que não exista no seu acervo, após uma avaliação prévia de comissão específica.

Essa política de aquisição visa — além de garantir a proteção e conservação do patrimônio bibliográfico e documental do estado espanhol — completar as lacunas existentes no acervo, detectadas por meio de inventários. Um dos mais significativos inventários realizados data do ano de 1989, quando se comemorou os 150 anos da fotografia. Grande parte das coleções fotográficas reunidas ao longo do tempo estão digitalizadas e disponíveis na página da Biblioteca Digital Hispânica (BDH)<sup>1</sup> — que é a base digital da BNE na Internet, criada para difundir o patrimônio cultural espanhol, cumprir o compromisso com Europeana<sup>2</sup> (biblioteca virtual desenvolvida pelos países da União Europeia). A BDH busca constituir-se como ferramenta de pesquisa virtual, além de oferecer um canal de cooperação com outras bibliotecas espanholas e latino-americanas. A figura 4 (adiante) a apresenta uma amostra da coleção “fotografia”, subconjunto “retratos fotográficos”, que contém 2321 imagens:

<sup>1</sup> <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Acercade/>.

<sup>2</sup> <https://www.europeana.eu/portal/pt/collections/photography>.

**Figura 4:** Resultado parcial da pesquisa na subcoleção "retratos fotográficos".



Fonte: <http://bdh.bne.es>.

Ao analisar a política da BNE quanto as fotografias, sob a ótica das premissas de eficácia na gestão estatal do patrimônio fotográfico, apresentadas por Joan Boadas (2014), entende-se como compatíveis as ações da BNE no que tange à legislação daquele país sobre patrimônio cultural. Afinal, há quem considere as bibliotecas também como instituições que se ocupam em manter e enriquecer os conjuntos fotográficos, de modo a promover uma aproximação do fenômeno da fotografia a quem possa estar interessado. Não obstante, quanto às demais premissas, percebe-se que a BNE é voltada abarca todo tipo de documento, independentemente do suporte, sem privilegiar a fotografia, e, portanto, não se configura como suficientemente específica para a devida gestão de documentos fotográficos.

### **Museu Basco da Fotografia (PAEM)**

Conhecido como *Photomuseum Argazki Euskal Museoa*, no idioma *euskera*, o museu tem como referência o ano de 1987 na cidade de Durango (província de Biscaia, da

comunidade autónoma do País Basco) onde foram organizadas exposições e outros eventos dedicados à fotografia. O objetivo foi promover, naquela cidade, a criação, de uma escola de fotografia similar à que existia em Arles, na França. em 1992, com o fim de promover a parte museológica incluída no projeto da escola, foi proposta a criação do Museu Basco de Fotografia — *Photomuseum Argazki Euskal Museoa* — na cidade de Zarautz.

O projeto do museu, idealizado por Alain Desvergnès, contou com o apoio do corpo docente local, conforme afirma Leopoldo Zugaza Fernández (2014), Apesar de os idealizadores desejarem que o museu fosse incorporado à Universidade do País Basco, a ideia não foi acolhida e a implantação do projeto partiu da criação de uma galeria de exposições e de um museu fotográfico. As primeiras mostras centraram-se em um panorama da história da fotografia além de outros eventos como jornadas fotográficas anuais e os congressos de história de fotografia. Segundo o diretor do PAEM, trata-se do único museu estatal dedicado exclusivamente à “arte fotográfica” (Zugaza Fernández, 2014, p. 350).

Figura 5: Página web do PAEM.

**Photomuseum**  
Argazki & Zinema Museoa · Zarautz

Es Eu

*Photomuseum*

INFORMACIÓN

DISTRIBUCIÓN

SERVICIOS

EXPOSICIONES TEMPORALES

ACTIVIDADES

Photo berriak  
Las Novedades Fotográficas

Nº de Visitas Recibidas : 29488

PROYECTO ISURKIDE Centro de datos de la fotografía en el País Vasco

El Photomuseum. Argazki & Zinema Museoa, se encuentra instalado en Zarautz, villa situada en la costa del Golfo de Bizkaia, famosa por su playa y sus servicios turísticos.

El Photomuseum ofrece a los visitantes en forma cronológica el desarrollo de la técnica y del arte fotográfico, desde sus inicios hasta la actualidad así como los orígenes del cine. Presenta una copiosa y variada colección de aparatos fotográficos, instrumentos ópticos, primitivos daguerrotipos y fotografías artísticas de todas las épocas y tendencias.

Presenta regularmente, en muestras temporales, la obra de los más reconocidos artistas fotógrafos.

El Photomuseum dispone de una importante biblioteca y hemeroteca además de un gabinete pedagógico al servicio de centros escolares, asociaciones y otros colectivos.

Visita virtual

Facebook Twitter YouTube Blog

Fonte: <http://www.photomuseum.name/>

A criação de um museu em uma região marcada pela cultura local influenciou tanto na forma de ocupação do edifício, como na configuração de suas exposições, privilegiando, entre 2003 e 2005, mostras temporárias, em detrimento de uma mostra permanente. Atualmente, os principais serviços oferecidos pelo museu são:

visitas guiadas (pedagógicas), exposições temporárias e assessoramento técnico; além de franquear ao público um centro de documentação e uma livraria para a venda de suas publicações.

**Figura 6:** Edições da revista *Archivo de la Fotografía*, publicadas pelo PAEM.



**Fonte:** a autora a partir de <http://www.photomuseum.name/>

Zugaza Fernández informa que, em vinte anos de existência, o museu promoveu 280 exposições temporárias, as quais teriam impõem alguns problemas relacionados ao acesso e à formação cidadã daquela localidade, no que tange às possibilidades de acesso às mostras:

Aquellos que por edad u otras circunstancias no pudieron acceder a la contemplación de alguna o todas estas exposiciones no pueden recuperar esta información. 2. La situación antedicha puede paliarse parcialmente mediante la repetición de alguna de ellas” (Zugaza Fernández 2014, p. 355).

### Considerações finais

A análise do histórico, funções e atividades das instituições de guarda de documentos fotográficos, criadas no contexto europeu de preservação de documentos, de modo geral, se coadunam com as premissas sugeridas por Boadas (2014) para a gestão do patrimônio fotográfico. Embora seja o mínimo que os países devam fazer em termos de valorização da documentação histórica e probatória, a aplicação da legislação existente em matéria de patrimônio cultural exige esforço e vontade políticos, além de investimento em iniciativas de articulação entre os órgãos públicos

existentes. Por isso, os mecanismos de aplicação da legislação existente se harmonizam com a elaboração de políticas públicas sobre patrimônio fotográfico.

Cabe destacar que isso ocorre em contextos locais, os quais não podem desconsiderar as questões transversais que envolvem os âmbitos de investigação, conservação, educação, políticas de fomento à criatividade e difusão. O sentido da gestão do patrimônio fotográfico se concretiza com tais ações e com uma política específica, capaz de levá-las a bom termo.

## Referências

- Boadas i Raset, J. (2014). Patrimonio fotográfico: propuesta para una gestión eficaz. In: M. Olivera Zaldua, & A. Salvador Benítez. (Eds.). *Del artefacto mágico al píxel: estudios de fotografía* (pp. 17-23). Madrid: Fadoc/UCM. Recuperado de <https://goo.gl/EIqSwT>
- Guedes De Castro, B. (2014). *Arquivos fotográficos em Portugal: estado da arte*. In: M. Olivera Zaldua, & A. Salvador Benítez. (Eds.). *Del artefacto mágico al píxel: estudios de fotografía* (pp. 71-91). Madrid: Fadoc/UCM. Recuperado de <https://goo.gl/EIqSwT>
- Ortega García, I. (2014). Biblioteca Nacional de España: funciones y proyectos. In: M. Olivera Zaldua, & A. Salvador Benítez. (Eds.). *Del artefacto mágico al píxel: estudios de fotografía* (pp. 329-338). Madrid: Fadoc/UCM. Recuperado de <https://goo.gl/EIqSwT>
- Olivera Zaldua, M., & Salvador Benítez, A. (Eds.). (2014). *Del artefacto mágico al píxel: estudios de fotografía*. Madrid: Fadoc/UCM. Recuperado de <https://goo.gl/EIqSwT>
- Zugaza Fernández, L. (2014); La experiencia del Photomuseum Argazki euskal museoa. In: M. Olivera Zaldua, & A. Salvador Benítez. (Eds.). *Del artefacto mágico al píxel: estudios de fotografía* (pp. 349-356). Madrid: Fadoc/UCM. Recuperado de <https://goo.gl/EIqSwT>

Recebido: 03/julho/2018; aceito: 11/outubro/2018